



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República nº 141-I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS ECONÓMICAS E HUMANAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERNA – CURSO DE DIREITO

1. Introdução

Este relatório apresenta uma síntese das percepções dos docentes do curso de Direito sobre diversos aspectos institucionais e pedagógicos, com o objectivo de contribuir para o aprimoramento da formação jurídica, da gestão académica e da valorização docente. As informações foram coletadas por meio de reuniões internas e manifestações espontâneas dos colaboradores.

2. Missão Institucional e PDI

De forma geral, os docentes reconhecem um alinhamento adequado entre a missão institucional e os objetivos da formação jurídica oferecida. No entanto, foi identificada uma falha na comunicação em torno do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o que limita o envolvimento pleno dos docentes nas metas de longo prazo da instituição.

3. Gestão e Participação

Há uma percepção recorrente de baixa oportunidade de participação dos docentes nos processos decisórios e de avaliação institucional. Essa limitação impacta negativamente a motivação e a corresponsabilidade no desenvolvimento académico.

4. Currículo e Ensino

O currículo actual é considerado coerente e robusto, atendendo, em geral, às demandas da formação jurídica. Contudo, os docentes apontam a necessidade de actualização curricular, com destaque para:

- Inclusão da disciplina de Medicina Legal
- Fortalecimento das práticas forenses dentro da matriz curricular

Essas actualizações são vistas como essenciais para alinhar o curso às exigências contemporâneas da prática jurídica.

5. Carreira Docente

Há preocupações constantes relacionadas à progressão na carreira, à valorização salarial e ao cumprimento das normas legais referentes à carga horária docente. Tais factores

geram insatisfação e impacto na qualidade do ensino e na permanência dos profissionais qualificados.

6. Infraestruturas e Apoio Acadêmico

Foram identificadas diversas fragilidades estruturais, entre elas:

- Sistema acadêmico com falhas técnicas
- Internet instável, dificultando actividades pedagógicas e administrativas
- Biblioteca com acervo jurídico limitado
- Ausência de espaços essenciais, como o “Tribunal Simulado”, que é fundamental para a formação prática dos estudantes.

5. Carreira Docente

Há preocupações constantes relacionadas à progressão na carreira, à valorização salarial e ao cumprimento das normas legais referentes à carga horária docente. Tais factores geram insatisfação e impacto na qualidade do ensino e na permanência dos profissionais qualificados.

6. Infraestruturas e Apoio Acadêmico

Foram identificadas diversas fragilidades estruturais, entre elas: Sistema acadêmico com falhas técnicas Internet instável, dificultando actividades pedagógicas e administrativas Biblioteca com acervo jurídico limitado Ausência de espaços essenciais, como o “Tribunal Simulado”, que é fundamental para a formação prática dos estudantes.

7. Investigação Científica

A produção científica é considerada muito fraca, com quase inexistência de núcleos ou grupos de pesquisa institucionalizados. Os docentes reivindicam:

- Criação de núcleos de investigação jurídica;
- Incentivo à publicação em revistas científicas da área do Direito.

8. Sugestões Principais dos Docentes

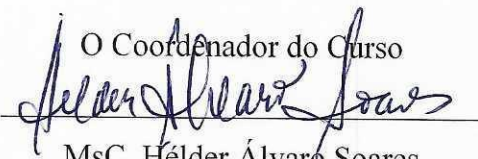
- Aumento e regularização dos salários;
- Cumprimento rigoroso dos pagamentos salariais;
- Criação urgente de um Tribunal Simulado;
- Promoção e financiamento de pesquisas jurídicas;
- Actualização da matriz curricular com disciplinas práticas;

9. Conclusão

O relatório evidencia a existência de **potenciais fortes**, como um corpo docente engajado e um currículo considerado sólido. Entretanto, há **desafios urgentes** a serem enfrentados,

sobretudo na valorização profissional, infraestrutura e estímulo à pesquisa. Recomenda-se que a gestão institucional avalie com prioridade as sugestões apresentadas, como forma de garantir a melhoria contínua da qualidade no ensino jurídico.

Porto Amboim, 02 de Setembro de 2025

O Coordenador do Curso

MsC. Helder Álvaro Soares